

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº599
De 7 a 21 de
outubro de 2020
Ano 23

R\$2



(11) 9.4101-1917



PSTU Nacional



www.pstu.org.br



@pstu



Portal do PSTU



@pstu_oficial



ELEIÇÕES 2020

ALTERNATIVA SOCIALISTA E REVOLUCIONÁRIA

16

PSTU

Confira nas páginas 7, 8, 9 e 10 nossas propostas, projeto e candidaturas

OS RICOS DEVEM PAGAR A MANUTENÇÃO DO AUXÍLIO EMERGENCIAL E A GERAÇÃO DE EMPREGOS!

PÁGINA 5

POLÊMICA

**A greve que Erundina reprimiu
quando era prefeita de São Paulo**

Página 11

ESTADOS UNIDOS

**Entre a rebelião contra o racismo
e as eleições presidenciais**

Páginas 12 e 13

CULTURA

**Adeus a Quino,
o criador da Mafalda**

Página 16



PDF INTERATIVO CLIQUE NO QR CODE >  **DAS MATÉRIAS E VÁ DIRETO PARA O SITE**

páginadois

CHARGE



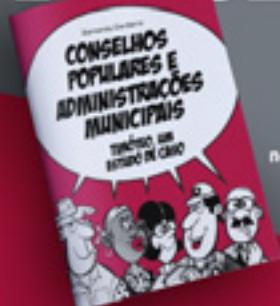
Falou Besteira



Os incêndios acontecem praticamente, nos mesmos lugares [...] onde o caboclo e o índio queimam seus roçados em busca de sua sobrevivência

Bolsonaro culpando índios e caboclos pelos incêndios na Amazônia em discurso na ONU

CONSELHOS POPULARES



DISPONÍVEL GRATUITAMENTE

No site da Editora e também no nosso portal das Eleições 2020

www.editorasundermann.com.br

ENFIM, A HIPOCRISIA!

PT se coliga com PSL em 145 cidades

O PSL e o PT estão coligados em 145 municípios nas eleições deste ano. As alianças mostram que o vale-tudo eleitoral do PT continua mais vivo do que nunca. O partido que diz fazer oposição a Bolsonaro se alia justamente à sigla que o elegeu. Apesar de Bolsonaro ter deixado a legenda no ano passado, ela ainda tem figuras como Major Olímpio, Luís Filipe de Órleans e Carla Zambelli compondo sua linha de frente. Mas esse tipo de aliança não é exclusividade do PT. O PCdoB também fez alianças com o PSL em pelo menos 70 municípios.

Nessas eleições, o partido também vem tentando passar uma imagem combativa, de oposição a Bolsonaro e à ex-



Em Itapirapuã Paulista (SP), Sirlene do PT, em uma chapa com um vice do PSL.

trema direita. Mas a política real dessa turma é muito diferente do que eles falam. Fazem aliança sem pestanejar para – no discurso deles – explorar as contradições do inimigo e fortalecer a oposição. Tudo ba-

boseira. Quem sai ganhando é a extrema direita. Em Cubatão (SP), por exemplo, o partido está numa chapa com o PSL e com o Patriota, partido do infame Arthur do Val, o youtuber “Mamãe Falei”.

SE A MODA PEGA...

Mulher vai à justiça cobrar US\$ 1.000 de Bolsonaro

Em discurso na Assembleia Geral da ONU, Bolsonaro disse que seu governo “concedeu auxílio emergencial em parcelas que somam aproximadamente mil dólares para 65 milhões de pessoas”. Mas a soma do valor das cinco parcelas do auxílio de R\$ 600 e as quatro parcelas extras de R\$ 300 chegam no máximo a R\$ 4.200, o equivalente a US\$ 766. No Rio de Janeiro, uma mulher foi à Justiça para receber os US\$ 1.000 de auxílio emergencial. A beneficiária só recebeu R\$ 2.400 em quatro parcelas de R\$ 600, um valor muito longe dos mil dólares que diz Bolsonaro. Agora ela pede a diferença à União. Imagine se a moda pega...



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica Atlântica

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opinioao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Venha com a gente defender uma alternativa socialista e revolucionária

O PSTU defende uma alternativa revolucionária e socialista para as nossas cidades e o nosso país. Queremos colocar todos os recursos e condições que as prefeituras dispõem, como também nossos mandatos, a serviço da luta para mudar a vida dos trabalhadores e do povo pobre.

Nesta crise capitalista em que vivemos, agravada pela pandemia, a classe trabalhadora e a população são os que pagam a conta. O governo Bolsonaro acabou de cortar o auxílio-emergencial, que já era pouco, pela metade, e determinou seu fim em dezembro. Ou seja, a partir do ano que vem mais de 40 milhões estarão ao deus-dará, na miséria. Já a pandemia está descontrolada por culpa deste mesmo governo e, também, dos governadores e prefeitos que governam para o 1% de bilionários e capitalistas.

Eles exploram os operários e o povo pobre, promovem a barbárie e a violência, especialmente entre os mais oprimidos: negras e negros, mulheres, imigrantes e LGBT's. Sufocam, ainda, o pequeno negócio e o pequeno produtor rural e arrebentam com o meio ambiente.

Não mentimos para ter votos, nem semeamos ilusão. Para acabar com as mazelas que afetam a nossa vida, precisamos mudar não só as cidades, mas os estados e o Brasil. Precisamos colocar para fora Bolsonaro e Mourão para impedir que a classe trabalhadora e o povo pobre continuem sendo mandados à morte nesta pandemia, assim como continuam pagando a conta desta crise.

Mas não adianta só tirar esse governo. Sem acabar com o controle que os bancos, as grandes empresas e o agronegócio têm sobre nosso país e nossas vidas, nada vai mudar. Eles se apropriam de todos os recursos da sociedade e da riqueza produzida pelo povo para seus lucros, enquanto a maioria vive na pobreza e miséria.



Sem acabar com toda a exploração e opressão não há como resolver problemas como emprego, salário, direitos, aposentadoria, moradia, saúde, educação, terra e crédito ao pequeno negócio e pequeno produtor.

De onde vão sair recursos para atender tudo isso e as necessidades que temos em nossas cidades?

É preciso parar de pagar a falsa dívida aos banqueiros; estatizar o sistema financeiro, as multinacionais e as grandes empresas; nacionalizar as terras e colocar tudo sob o controle dos trabalhadores. Impedir a privatização da água e do saneamento básico nos municípios, acabar com as terceirizações, a entrega da saúde às OSI e Os-cips (organizações privadas "pagas" para gerenciar os recursos da saúde pública) que, além de ser uma forma de privatização, são meios para a corrupção e o desvio de verbas públicas.

É preciso, ainda, lutar pelo fim de toda a forma de opressão, discriminação e violência contra negros e negras, mulheres, LGBT's, indígenas, quilombolas, imigrantes, etc.

Temos que, enfim, mudar completamente o nosso país, acabar com o sistema capitalista e construir um novo tipo de sociedade, socialista.

TRABALHADORES E O POVO POBRE PRECISAM GOVERNAR

Isso só será possível se construirmos um governo socialista, dos trabalhadores e do povo pobre, que funcione através de conselhos populares. Ou seja, onde as decisões não sejam de um presidente ou meia dúzia de políticos corruptos, controlados por grandes empresários e banqueiros, mas onde o próprio povo decida tudo e governe.

Por isso, criticamos também alternativas como o PT, o PCdoB ou o PSOL. Estes par-

tidos se propõem a governar a sociedade como ela é, sem romper com a burguesia; mas ao contrário, governando com ela. Eternizam, assim, os nossos problemas estruturais a fim de defender os grandes empresários e os banqueiros.

Foi o que vimos nos governos do PT. De um lado, algumas concessões como Bolsa Família. De outro, seguiu fazendo a mesma política, dando lucros recordes aos bancos e reproduzindo as mesmas formas de exploração e opressão de sempre.

Já o PSOL vai pelo mesmo caminho, fazendo alianças com a burguesia, como com o PDT, em Belém. Ou tendo como modelo a prefeitura de Erundina, em São Paulo, que, ao não romper com os grandes empresários, reprimiu uma das maiores greves de trabalhadores do transporte e preparou a privatização da Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC). Não é com a

burguesia que vamos resolver nossos problemas. É contra ela.

Não vamos mudar a nossa realidade com as eleições, esse jogo de cartas marcadas controlado pelo poder econômico. Só vamos resolver com uma revolução socialista, que coloque os trabalhadores e o povo no poder. Mas podemos e devemos utilizar as eleições para defender, junto à classe operária e o povo pobre, uma alternativa revolucionária e socialista; votar e eleger candidatos e candidatas socialistas, que usem seus cargos como trincheiras a serviço de fortalecer nossa luta e organização aqui embaixo.

Nestas eleições, cada voto no PSTU é um voto que fortalece este projeto. Venha com a gente construir uma alternativa socialista e revolucionária em cada cidade e no nosso país.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3JGQRN9](https://bit.ly/3JGQRN9)

REFORMA ADMINISTRATIVA

Reforma de Bolsonaro vai aumentar corrupção e vender a educação e a saúde

PAULO BARELA,
DA CSP-CONLUTAS

A espinha dorsal da reforma administrativa de Bolsonaro é o fim dos concursos públicos, da estabilidade e, como consequência, a extinção do Regime Jurídico Único dos Servidores Federais (RJU). Ao contrário do que propaga o governo Bolsonaro e seu ministro ultraliberal Paulo Guedes, a reforma não vai atacar os privilegiados, simplesmente porque esses não serão atingidos pelas medidas.

Ao longo da história, a administração pública no Brasil foi usada como instrumento para abrigar interesses partidários como barganha para distribuição de cargos públicos de acordo com os interesses de coronéis e polí-



Reforma Administrativa vai transformar serviço público em cabide de empregos dos partidos políticos

ticos. Isso serviu para alimentar a corrupção e o uso da máquina pública. A corrupção, as indicações políticas e o controle absoluto da estrutura administrativa do Estado tomaram proporções gigantescas durante a ditadura militar, favorecendo empresas, oligopólios e a burguesia. Todos os servidores públicos naquele

período, desde ministros até o auxiliar de limpeza, eram indicados por partidos ou membros que detinham o político no poder.

Com a queda da ditadura, veio a Constituição de 1988 que aprovou a criação de um regime único de contratação no serviço público e estabeleceu normas jurídicas para o livre acesso ao

cargo público. Foi assim que se criou o concurso, agregando a ele a estabilidade. A medida foi regulamentada em dezembro de 1990, quando foi aprovado no Congresso Nacional o RJU, sendo mais tarde seguido por estados e municípios.

Apesar das nomeações partidárias ainda terem muito peso (ministros, secretários de Estado e vários cargos de confiança que alimentam a corrupção) o fato é que, a partir da promulgação do RJU, os trabalhadores que atendem a população nos hospitais, nas escolas, nas universidades e nas mais variadas instituições públicas deixaram de ser indicados pelo partido que governa. Todos eles fizeram concurso público e foram submetidos a um período de estágio probatório de

três anos para só então assumir a função pública de forma plena.

PARA QUE SERVE A ESTABILIDADE DOS SERVIDORES?

A estabilidade serve pra impedir que os governantes de plantão substituam os servidores concursados por seus cabos eleitorais. Não é nenhum privilégio individual do servidor. A estabilidade é uma garantia mínima da impessoalidade (tratar a todos do mesmo modo), para que o servidor tenha autonomia em seu trabalho, dificultando que seja coagido a tomar decisões de ocasião ou a privilegiar pessoas e grupos determinados em detrimento de outros.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/36HEIUW](https://bit.ly/36HEIUW)

EM DEFESA DA SOBERANIA, CONTRA A ENTREGA DO PAÍS

QUEM A REFORMA ATACA

- Vai atingir 90% dos servidores que atendem nos hospitais, nos postos de saúde, nas escolas e universidades, no combate à agressão ao meio ambiente, nas pesquisas sanitárias (como a busca por uma vacina para combater o novo coronavírus); profissionais voltados à reforma agrária, à moradia e ao transporte; fiscalização e pesquisas estatísticas e geográficas; entre outros.
- Esse setor recebe no máximo 5 salários mínimos ao mês.

REFORMA NÃO ATACA VERDADEIROS PRIVILEGIADOS

- Vai deixar de fora todos os militares, ministros e secretários de Estado, diplomatas, assessores políticos nomeados, deputados federais e senadores, além de suas assessorias nomeadas, a cúpula do Judiciário Federal e assessores graduados, entre outros.
- Esse setor corresponde a salários médios superiores a R\$ 23 mil ao mês

REFORMA PARA QUEM?

Querem vender a saúde e a educação para os bilionários



O que o governo e o Congresso não dizem é que a reforma vai precarizar ainda mais os serviços públicos e fazer caixa para pagar a famigerada dívida pública aos banqueiros. Também não dizem

que grandes empresários estão de olho na comercialização desses serviços, na saúde e na educação, por exemplo, como forma de aumentar seus lucros. Querem fazer essa reforma para que empresários vendam os serviços que hoje o Estado tem o dever de prestar à população, sobretudo a mais carente que dele depende.

É a mesma lógica das privatizações de empresas estatais, como os Correios, que são disputados por Jeff Bezos, dono da Amazon, que viu sua fortuna aumentar para US\$ 200 bilhões na pandemia segundo a Forbes.

OUTRO SISTEMA DE PODER

Uma saída para a classe trabalhadora

É preciso ser contra a reforma administrativa, defender mais recursos para a saúde, a educação, o transporte e a moradia, bem como fazer avançar a valorização dos servidores públicos. Isso significa se contrapor a esse tipo de medidas. É preciso chamar todas e todos a se mobilizar e lutar contra a reforma e as demais medidas que atacam os direitos da classe trabalhadora, porque o problema da reforma administrativa não é a falta de riqueza do Estado para prestar serviços públicos, mas para onde e para quem os recursos são destinados.

O capitalismo é um sistema



que divide a miséria e concentra a riqueza. Por isso, ao debater a reforma administrativa, é preciso também olhar para que tipo de Estado ela serve; questionar esse sistema e propor uma alternativa socialista para a classe trabalhadora. Precisamos de outro sistema de poder, no qual o Estado seja

controlado pelos trabalhadores, ou seja, no qual aqueles que produzem a riqueza também a gerenciem e dela usufruam de forma plena. Só assim poderemos ter pleno emprego, trabalhar menos e ter mais saúde, mais educação e condição de vida mais saudável para todos.

CRISE

Para gerar emprego, manter e **ampliar o auxílio é preciso tirar dos ricos**

 **ROBERTO AGUIAR
DE SALVADOR (BA)**

A pesar de todo negacionismo do governo Bolsonaro, que estimula a naturalização da pandemia de Covid-19, o Brasil caminha rapidamente para atingir 150 mil mortes, segundo dados oficial, pelo vírus Sars-CoV-2.

A Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou que cerca de 5,4 milhões de pessoas entrarão na faixa da extrema pobreza, no Brasil, em razão da pandemia. O total chegará a quase 14,7 milhões até o fim de 2020, o que equivale a 7% da população.

Na mesma semana, o Ins-

tituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostrou que a taxa de desemprego alcançou o seu pico histórico no trimestre encerrado em julho de 2020: 13,8%. O pior patamar de desemprego, desde que se começou a realizar a pesquisa em 2012.

O aumento da fome e do desemprego é acompanhado pela escalada no aumento dos preços dos alimentos. O preço do arroz quase dobrou, indo de R\$ 15, em média, o pacote de cinco quilos para até R\$ 40.

Enquanto os trabalhadores e a população sofrem as consequências da crise econômica, acelerada pela pandemia, os ricos ficam mais ricos. O

patrimônio dos 42 bilionários brasileiros cresceu 44 bilhões de dólares de março a julho.

BOLSONARO CORTOU O AUXÍLIO EMERGENCIAL PELA METADE

No meio de toda essa situação, a política do Bolsonaro e Paulo Guedes seguem preocupados em continuar garantindo os lucros dos empresários.

No momento que temos desemprego recorde, aumento da pobreza extrema e a disparada no preço dos alimentos, a política do Bolsonaro foi cortar o auxílio emergencial de R\$ 600, que já era pouco, pela metade.



Sem auxílio a pobreza vai disparar em 2021

Agora, o governo está pagando apenas R\$ 300 e esse pagamento será feito somente

até dezembro. Depois 40 milhões de beneficiários do auxílio ficarão sem nada.

EM DEFESA DA VIDA

Tem como manter o auxílio emergencial, gerar empregos e acabar com a fome

Bolsonaro e Guedes dizem que não há dinheiro para manter o auxílio emergencial até o final da pandemia. É mentira. A questão é que eles não querem tirar dos ricos. Ao contrário, sua política é seguir atacando os trabalhadores.

Temos que inverter esse jogo. É preciso tirar dos ricos, que estão com os bolsos cheios de dinheiro. 42 bilionários acumularam uma fortuna de R\$ 812 bilhões, de março a julho. Se essa fortuna fosse taxada em 40%, teríamos R\$ 325 bilhões para manter o auxílio. Valor superior aos R\$ 254 bilhões que o governo vai gastar com o auxílio até dezembro.

Não só é possível manter o auxílio, como é possível aumentar o valor para um salário mínimo, pois R\$ 600 é pouco. O que Bolsonaro está fazendo é jogar milhões na extrema pobreza.

A tal "Renda Cidadã" que ele fala, irá contemplar apenas 10 milhões de pessoas, além das 14 milhões que recebem o Bolsa Família. Cerca de 40 milhões que hoje são beneficiadas

pelo auxílio ficam de fora.

É PRECISO TIRAR DOS RICOS

Para manter e ampliar o auxílio, gerar empregos e garantir comida é preciso tirar dos ricos. Não podemos deixar que Bolsonaro e Paulo Guedes sigam tirando dos trabalhadores, dos remediados e da classe média.

Eles falam em criar o projeto "Renda Cidadã", mas, pra fazer isso, querem tirar dinheiro da educação, acabar com o seguro defeso, privatizar estatais, acabar com as deduções de saúde e educação no imposto de renda. Ou seja, são medidas que só prejudicam os trabalhadores, colocam mais pessoas na pobreza e aumentam o desemprego.

É preciso um conjunto de medidas que arranque dinheiro dos super-ricos. O PSTU propõe:

SUSPENSÃO IMEDIATA DO PAGAMENTO DA DÍVIDA PÚBLICA

Pelo menos 40% dos lucros dos bancos vêm das negocia-

tas com os títulos da Dívida Pública. Dinheiro que deveria ser usado para salvar vidas, gerar emprego e garantir alimentos baratos. Chega de repassar dinheiro para banqueiros, enquanto o povo está desempregado, passando fome.

TAXAR AS GRANDES FORTUNAS PARA MANTER O AUXÍLIO EMERGENCIAL

Só a taxação de 40% da fortuna dos 42 bilionários daria para manter o auxílio e ampliar o valor para um salário mínimo. Mas só isso não basta, é preciso taxar os lucros e dividendos dos acionistas e os altos salários.

PLANO DE OBRAS PÚBLICAS PARA GERAR EMPREGOS

Geraria milhões de empregos e garantiria vida digna à população, com a construção de casas para todos, universalização do saneamento básico, construção de hospitais, escolas, creches e infraestrutura urbana em todas as favelas e bairros periféricos.

REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO SEM REDUÇÃO DO SALÁRIO

Ao invés de liberar as demissões ou reduzir jornada e salário, o governo deveria decretar estabilidade no emprego e reduzir a jornada de trabalho para 30 horas semanais, o que iria gerar mais empregos.

ALIMENTOS PARA TODOS!

Para acabar com fome é preciso derrubar as cercas dos grandes latifúndios. A produção de alimentos, que hoje está nas mãos de poucos produtores a serviço de grandes multinacionais, deve estar nas mãos dos trabalhadores, estatizando o agronegócio, sem indenização, e fazendo a reforma agrária radical, garantindo crédito subsidiado e apoio técnico ao pequeno produtor, responsável por grande parte dos alimentos.

REESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS

Suspender e anular todas as privatizações e os atos de desmonte da

Petrobras, da Eletrobrás, dos Correios, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Garantia destas empresas e bancos 100% públicos e estatais, sob o controle dos trabalhadores.

ESTATIZAÇÃO DO SISTEMA FINANCEIRO

É preciso estatizar o sistema financeiro e criar de um banco estatal único que financie a reconstrução econômica e social do país.

POR UM GOVERNO SOCIALISTA DOS TRABALHADORES

Como parte da lutar por esse conjunto de medidas emergenciais, é necessária a construção uma alternativa socialista, que aponte uma saída frente à barbárie que o capitalismo nos impõe. Apenas construindo um governo socialista, dos trabalhadores, sustentado pelos conselhos populares, vamos conseguir garantir as necessidades básicas para a maioria.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3JLAESM](https://bit.ly/3JLAESM)

PANDEMIA

Brasil se aproxima de 150 mil mortos pela Covid-19

Novo coronavírus levou à morte mais de 1 milhão de pessoas. Brasil concentra 15% das mortes



DA REDAÇÃO

A pesar de todo negacionismo do governo Bolsonaro, que estimula a naturalização da pandemia de Covid-19, o Brasil caminha rapidamente para atingir 150 mil mortes, segundo dados oficial, pelo vírus Sars-CoV-2.

No último dia 29, se constatou que o novo coronavírus já levou à morte mais de 1 milhão de pessoas ao redor do mundo. E continua a se espalhar, com mais de 32 milhões de novos casos. Aliás, já foi registrada uma segunda onda de contaminação em vários países da Europa, onde se registra um novo aumento

diário do número de casos.

O Brasil aparece em terceiro lugar, com 4,7 milhões de casos confirmados, concentrando 15% de todas as mortes no mundo. Mas especialistas apontam, no entanto, que o número de pessoas infectadas nesses países é muito maior do que as cifras oficiais indicam. Nosso país é um dos membros da comunidade internacional onde há menos testagem: menos de 9% de nossa população já passou por algum tipo de teste.

SUBNOTIFICAÇÃO MASCARA DIMENSÃO DO GENOCÍDIO

O resultado é que existe uma grande subnotificação de casos e mortos. Por isso, muitos

especialistas falam que o número real de vítimas ultrapassa, facilmente, 200 mil mortos. Segundo dados do Ministério da Saúde, até o dia 21 de setembro ocorreram 56 mil mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) não especificada. Ou seja, há mortes em excesso sem confirmação do agente causador. Só para comparar, entre janeiro e setembro de 2019, o Brasil teve aproximadamente três mil mortes por SRAG não especificada.

Além disso, por imperícia, negligência ou falta de estrutura, muitas mortes por Covid-19 podem não estar sendo computadas, o que aumenta a subnotificação. Isso leva alguns especialistas a chama-



rem essas vítimas de “os desaparecidos da Covid-19”.

Esse genocídio, que atinge desproporcionalmente e com mais intensidade a população pobre e negra, é responsabilidade direta de Bolsonaro que sempre negou a gravidade da pandemia, a chamando de “gripizinha”. Em discurso na ONU, no último dia 22, o presidente culpou a mídia por disseminar o pânico en-

tre a população e disse que foi sempre contra o lema “fique em casa”. E, ainda, mentiu, dizendo que pagou US\$ 1 mil de Auxílio Emergencial (ver p.2).

Mas Bolsonaro não é o único culpado. Os governadores também não garantiram uma quarentena pra valer e reabriram boa parte dos comércios. O resultado foi uma tragédia mais do que anunciada.

EM DEFESA DA VIDA

Retorno às aulas só com vacina

Apesar do cenário escabroso, a maioria dos governos dos estados segue pressionando para o retorno das aulas presenciais. Os estados que já planejam reabrir suas escolas são Pará, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo. Mas há uma batalha judicial para conquistar liminares que impeçam a reabertura. Ao mesmo tempo, os trabalhadores da educação se mobilizam e ameaçam realizar greves em defesa da vida. Pesquisas mostram que a absoluta maioria da população é contra a reabertura.

Muitos prefeitos, temendo que o desgaste ameace sua reeleição, empurraram a decisão pra depois das eleições, como Bruno Covas (PSDB), em São Paulo. O estado é o que mais registra contaminação e mortes por Covid-19, com mais de 36 mil óbitos. Com isso, já passou a Itália. São

Paulo, sozinho, também ultrapassou países como a França (32.171), a Espanha (32.086), o Peru (32.609) e a Colômbia (26.556).

“Não há nenhuma preocupação com o aprendizado, o retorno visa atender às exigências dos donos das redes privadas e da burguesia. Os capitalistas e os governos não se importam com a vida dos estudantes”, explica Flávia Bischain, professora da rede pública na capital e candidata a vereadora, pelo PSTU São Paulo. Ela cita a pesquisa sorológica realizada com estudantes da rede pública e privada em São Paulo que demonstrou que a atual taxa de contaminação dos estudantes da rede pública (18%) é o dobro da rede privada (9%).

“O retorno presencial só vai aumentar ainda mais a exposição e risco de contaminação nas periferias, onde está localizada a maioria das escolas



Trabalhadores em educação protestam contra reabertura de escolas em SP

públicas e onde falta estrutura, tanto nas escolas quanto nos bairros. Aqui na Brasilândia [bairro da Zona Norte de São Paulo], as escolas não têm nem teto”, explica Flávia. Para ela a falta de estrutura nas escolas da periferia de São Paulo expressa a realidade da maior parte das escolas de todo o país, que não possuem nenhuma condição de garantir a vida dos alunos, trabalhadores e pais.

A professora também explica que o governo ignorou o apelo dos pais. “O governo consultou, e os pais disseram que não querem voltar. Mas o governo não respeita a decisão. Muitos professores relatam que estão sofrendo pressão para voltarem às escolas, ainda que não haja segurança sanitária”, disse Flávia, para quem apenas a mobilização pode impedir a reabertura das escolas nos estados.

“Chamamos uma mobilização unitária dos pais, trabalhadores e estudantes pra derrotar essa política dos governos. Não há condições de reabertura até que haja a vacinação de todos e todas. Se os capitalistas e os governos não se importam com as nossas vidas e as dos estudantes, temos que ir à luta”, conclui Flávia.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3D90GYK](https://bit.ly/3D90GYK)

ELEIÇÕES



ALTERNATIVA SOCIALISTA

E REVOLUCIONÁRIA

Uma campanha socialista e revolucionária nas cidades

Queremos também o seu voto, mas queremos muito mais que isso. Queremos que você venha organizar conosco – na luta, na classe, na base – esta batalha por um projeto socialista, esta luta por nossas necessidades contra a exploração e a opressão do 1% de capitalistas, de bilionários; pela construção dos conselhos populares e por uma sociedade socialista. Cada voto no PSTU fortalece este projeto.

SÃO PAULO



VERA

Vera: operária, negra e nordestina aparece em 5º lugar, à frente de candidatos do PT e da direita

Na capital paulista, mesmo enfrentando o veto das emissoras e a censura velada da imprensa, a candidata à prefeitura da cidade pelo PSTU, Vera, apareceu na pesquisa do Ibope com 2%, em 5º lugar, à frente de partidos como o PT, PSL e PCdoB. Entre os mais jovens, de 16 a 24 anos, chega a 4%, e entre aqueles que ganham de 1 a 2 salários mínimos, 3%.

A campanha virtual e presencial, focada nas fábricas e na periferia, defende uma alternativa socialista na maior cidade da América Latina. Nordestina, nascida no sertão de Pernambuco, operária, Vera é a cara da classe trabalhadora e da população pobre que constrói São Paulo.

RIO DE JANEIRO



CYRO GARCIA

Cyro Garcia na frente do PSOL e de Garotinho

Na capital fluminense, o candidato do PSTU à prefeitura, Cyro Garcia, marcou 3% no Ibope, à frente das candidaturas do PSOL e de Clarissa Garotinho (PROS). Entre os jovens de 16 a 24 anos e na faixa etária de 35 a 44, chega a 4%, assim como entre o eleitorado negro e de faixa de renda entre 1 e 2 salários mínimos.

Dirigente histórico que lutou contra a ditadura militar, sendo preso e perseguido, Cyro foi também um destacado dirigente bancário. Uma chapa negra numa das capitais que mais refletem a barbárie do desemprego, agravada pela pandemia, pelo caos dos serviços públicos, como a saúde, e pelo genocídio da juventude pobre e negra praticado pela polícia.



HERTZ

SÃO LUÍS

Hertz é a cara da revolta negra e operária contra o capitalismo

Na capital maranhense, a candidatura de Hertz Dias à prefeitura enfrenta não só a tradicional oligarquia que domina a região, mas também o governo estadual de Flávio Dino (PCdoB), que aplica a mesma política de Guedes e persegue o povo pobre. Professor e rapper, um dos fundadores do Movimento de Hip Hop Quilombo Urbano, Hertz causou bastante impacto no debate da Band ao mostrar na TV um programa revolucionário que é a cara do povo pobre. “Se a periferia, a classe trabalhadora não se organizar para controlar essa cidade a partir dos conselhos populares, é barbárie o que eles vão mandar pra gente”, disse.

A candidatura de Preta Lu a vereadora reflete esse mesmo caráter radical, revolucionário e negro das candidaturas do PSTU na cidade.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS (SP)



RAQUEL DE PAULA

Uma candidatura negra e operária

A candidata à prefeitura, Raquel de Paula, é trabalhadora dos Correios, categoria que protagonizou uma forte greve contra o governo Bolsonaro no último mês e vem lutando contra o projeto de desmonte, privatização e entrega do país. Tem como vice Luiz Carlos Prates, o Mancha, histórico dirigente operário. É uma chapa 100% negra e operária.

Para vereador, a candidatura de Toninho Ferreira traz a tradição das lutas operárias. Toninho é uma reconhecida liderança da categoria metalúrgica e encabeçou a histórica luta por moradia no Pinheirinho. A campanha do PSTU na região ocorre no chão das fábricas, nas ocupações e nos bairros da periferia.



WANDERSON

BELO HORIZONTE (MG)

PSTU debate com operários uma saída socialista para a crise

Em Belo Horizonte, a campanha de Wanderson Rocha e Firmina à prefeitura aglutina setores operários e populares a fim de apresentar uma saída socialista para a crise. Entre as propostas, está a proibição às empresas da cidade de demitirem por um período de dois anos, sobretudo aquelas que se beneficiaram de subsídios estatais.

No dia 3 de outubro, o PSTU realizou seu seminário de programa na cidade para discutir os principais problemas da região, como moradia, saúde, educação, além de meio ambiente e opressões. A campanha, que conta com Vanessa Portugal como candidata a vereadora, tem ainda grande apoio dos trabalhadores da educação, que divulgaram um manifesto de apoio com centenas de assinaturas.

SÃO JOÃO DEL-REI (MG)



JORDANO

Em São João del-Rei, o metalúrgico Jordano Carvalho é candidato a vereador pelo PSTU. É operador na empresa Bozel e dirigente licenciado do sindicato dos metalúrgicos. Sua campanha vem tendo forte atuação entre as fábricas da região.

SAIBA MAIS

PSTU tem maior participação negra

Levantamento do UOL no TSE mostra que o PSTU é o partido com maior participação negra. De 33 partidos, apenas cinco tem mais de 50% de candidatos negros. O PSTU ocupa o topo do ranking com 65%.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3IF1CEX](https://bit.ly/3IF1CEX)

MANIFESTO

Uma Alternativa Socialista e Revolucionária

A campanha do PSTU se apresenta para ser um ponto de apoio para as lutas e para a organização da classe operária, dos trabalhadores, da juventude, dos setores oprimidos e do povo pobre, dos bairros populares e da periferia.

Vamos juntos construir a luta e nos organizarmos contra a exploração, o desemprego, o racismo, a lgbtfobia, o machismo e a xenofobia. Em defesa de uma vida digna, do emprego, do salário, da educação e da saúde públicas e gratuitas, da moradia, do saneamento básico para todos e do transporte público de qualidade.

Para isso, é preciso botar para fora Bolsonaro e Mourão e todos aqueles que governam para os ricos e corruptos.

Apresentamos propostas emergenciais e uma saída operária e socialista para a crise. Os ricos são os que devem pagar por ela. Hoje, os donos das fábricas, dos bancos, das construtoras, dos supermercados são os donos das cidades e do poder. Da mesma maneira que

são os donos do país.

Quem deve governar as cidades são os trabalhadores e o povo pobre. Por isso defendemos um governo socialista dos trabalhadores. A cidade deve ser controlada por conselhos populares organizados nos bairros, na periferia, nos locais de trabalho, na educação, na saúde. Que a classe trabalhadora e o povo pobre decidam sobre o que fazer com 100% do dinheiro do orçamento público! A Câmara deve submeter-se aos comitês populares. Todo político deve ter mandato revogável e não ganhar mais que um operário ou uma professora.

Sempre tivemos como princípio não aceitar dinheiro de empresas, porque sabemos que quem paga a banda escolhe a música. As eleições são antidemocráticas. Um partido como o PSTU não pode participar em condições de igualdade, enquanto os grandes partidos têm todo tempo do mundo na TV e rios de dinheiro de empresários e corruptos.

Não será com eleições que mudaremos para valer a cidade

ou o país e construir uma nova sociedade. Isso só será possível com a luta unificada dos trabalhadores. Mas eleger revolucionários do PSTU fortalece a luta dos trabalhadores e a luta por um projeto socialista.

Vamos tomar as cidades para os trabalhadores, como um quilombo socialista, uma trincheira de luta. Vamos lutar para colocar a cidade a serviço da classe trabalhadora, da juventude, do povo pobre das periferias, dos negros, das LGBTs e das mulheres da classe trabalhadora, em tudo que temos direito.

Uma gestão socialista também fará das cidades um ponto de apoio na luta para botar para fora Bolsonaro e Mourão, mudar o país e o mundo. Para lutar pelo fim da exploração e do sistema capitalista. Uma trincheira na luta por uma sociedade socialista, na qual a produção não esteja a serviço dos lucros de um punhado de bilionários e da exploração e da miséria impostas a milhões, mas sim a serviço das necessidades da maioria do povo pobre e trabalhador, da igualdade econômica e política.



Cada voto no PSTU, no 16, vai ser útil para fortalecer o projeto revolucionário e socialista e a luta da classe trabalhadora, do povo pobre, dos negros, das mu-

lheres e das LGBTs, para mudar de verdade tudo que está aí.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/2GTBQCE](https://bit.ly/2GTBQCE)

NÃO É POSSÍVEL REFORMAR O CAPITALISMO

As falsas alternativas nestas eleições

Nestas eleições, temos os representantes do governo genocida de Bolsonaro. São os que se colocam de forma incondicional a favor de sua po-

lítica de opressão e preconceito, de semiescravidão, de defesa da ditadura e da destruição do meio ambiente. Mas há também aquela direita tradicional,

como o DEM, o PSDB etc., que posam de oposição e até criticam o viés autoritário de Bolsonaro, mas compartilham seu projeto ultraliberal de país, de

privatização e entrega do país.

Por parte da esquerda parlamentar, o PT e partidos como o PCdoB se apresentam como oposição e alternativa a Bolsonaro. No entanto, nos lugares onde governam, reproduzem a mesma política neoliberal do governo federal e estão com a burguesia contra os trabalhadores. Trazem o velho programa de conciliação de classes, que sabemos muito bem aonde dá. Após 13 anos de governos do PT no país, nem saneamento básico foi garantido à metade da população.

O PSOL, por sua vez, que parecia para muitos ativistas

mais à esquerda que o PT, hoje está coligado com ele em diversas cidades e conta com um projeto semelhante, fazendo alianças com partidos da burguesia. Ao não propor uma ruptura com o sistema, prioriza, no dia a dia, a disputa meramente eleitoral para governar o capitalismo. Tal projeto leva a governos que inevitavelmente traem a classe trabalhadora para governar para a burguesia.

LEIA MAIS



**USE O QR CODE
AO LADO E LEIA
A VERSÃO COMPLETA
DO MANIFESTO**



PROGRAMA

Propostas socialistas para as cidades

Apresentamos algumas de nossas principais propostas para uma cidade para os trabalhadores e o povo pobre. São medidas emergenciais para que sejam os ricos a pagar pela crise.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/30iID1G](https://bit.ly/30iID1G)

PROPOSTAS



Em defesa do emprego: redução da jornada sem redução dos salários

O PSTU defende a proibição das demissões, a estabilidade no emprego e a redução da jornada de trabalho sem redução dos salários. Defendemos, ainda, que as cidades assumam planos de obras públicas a fim de garantir empregos em setores como moradia, educação e saúde.

Nos municípios, defendemos o fim das terceirizações, que é um modo de fazer avançar a privatização. É preciso, ainda, proteger os empregos dos pequenos negócios, lutando para que o poder público assuma a folha sala-

rial das empresas com até 20 funcionários durante a crise.



Em defesa da vida, da alimentação e da renda

O PSTU defende a manutenção dos R\$ 600 a todos que estão recebendo enquanto durar a pandemia. Os municípios devem exigir isso do Governo Federal, além de garantir restaurantes populares a preços subsidiados.



Educação e saúde pública de qualidade e para todos

Defendemos a estatização da saúde privada e a garantia de saúde 100% pública, gratuita e de qualida-

de. Investimentos públicos em saúde, principalmente na saúde básica e emergencial.

Da mesma forma, é preciso garantir vagas e uma educação de qualidade, das creches à pré-escola, ensino primário, secundário, técnico e superior. Para isso, defendemos a estatização do ensino privado, além do aumento do investimento no setor.



Moradia para todos

Defendemos uma ampla reforma urbana, com uma política de moradia por meio da ocupação de imóveis pertencentes às

grandes construtoras que estejam vazios, além da construção de novas moradias com um plano de habitação popular.



Estatização do transporte e tarifa zero

Nos municípios, o transporte é utilizado para o enriquecimento de grandes empresas do setor. Os caixas dessas empresas são, em geral, desconhecidos, e não raro manobrados para aumentar ainda mais os repasses públicos na forma de subsídios. Defendemos a estatização de todo o transporte público e tarifa zero.

QUE OS RICOS PAGUEM PELA CRISE



Fim do pagamento da dívida pública

Defendemos a suspensão do pagamento da falsa dívida pública, dos municípios e estados à União; e da União aos grandes agiotas internacionais.



Fim do teto dos gastos e da LRF

O PSTU defende o fim do teto dos gastos, que impede aumentar os recursos no setor público, além do fim da

mal-chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. As cidades também devem ser um ponto de apoio para a anulação das reformas da Previdência e trabalhista e das terceirizações no âmbito federal.



IPTU fortemente progressivo

Nacionalmente, defendemos taxar as grandes fortunas e aplicar imposto progressivo sobre os ricos. Nas cidades, defendemos que o IPTU e demais impostos municipais sejam

fortemente progressivos, cobrando dos ricos para converter a arrecadação em políticas para a maioria da população.



Revolução e Reforma agrária radical sob o controle dos trabalhadores

Defendemos a estatização do grande latifúndio sob controle dos trabalhadores, além de uma reforma agrária radical, apoio e assistência à pequena agricultura e familiar. As

cidades podem ser um importante apoio na luta contra o latifúndio e em defesa dos sem-terra e dos trabalhadores rurais.



Contra o racismo, a lgbtfobia e o machismo

Os municípios devem encabeçar a luta em defesa dos setores mais oprimidos, maiores vítimas da política genocida de Bolsonaro e dos governos capachos, além da crise econômica.

EM DEFESA DA SOBERANIA, CONTRA A ENTREGA DO PAÍS



Impedir a privatização da água e do saneamento. Reestatização das empresas privatizadas

Defendemos a reestatização das empresas e de todos os serviços privatizados, além do apoio incondicional das prefeituras às lutas dos trabalhadores vítimas das privatizações e da entrega do país pelo Governo Federal. Pela reestatização das empresas de saneamento básico nas cidades nas quais foram privatizadas.



Nacionalização e estatização do sistema financeiro

Que os municípios lutem pela a estatização do sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores, a fim de financiar melhores condições à classe trabalhadora e à população, e não parasitar e sugar nossas riquezas como é hoje.

QUE OS TRABALHADORES GOVERNEM EM CONSELHOS POPULARES

Queremos que os trabalhadores governem as cidades por meio de conselhos populares eleitos nos locais de trabalho, nos bairros e nas periferias. Chega de sermos governados por grandes empresários e banqueiros por intermédio de seus representantes.

Uma gestão socialista governaria para a classe trabalhadora, negros, mulheres, LGBTQs e demais setores oprimidos. Seria, ainda, um importante ponto de apoio na luta contra a exploração e o capitalismo no país e no mundo.

CARTA

Faça parte desta luta **por uma cidade e um mundo socialista**

É necessário construir uma alternativa revolucionária no dia a dia e também nas eleições. Esse desafio não é só nosso, é de todos aqueles que sabem que precisamos mudar este sistema. Por isso, precisamos da sua ajuda, que você chegue junto e nos dê a mão, que construa conosco esta campanha. Traga suas ideias e propostas. Venha somar-se à gente e juntos construiremos esta alternativa!

As eleições 2020 serão marcadas pela pandemia do novo coronavírus (que já matou quase 150 mil brasileiros), pelo aumento do desemprego, da fome e da desigualdade social. O presidente Bolsonaro, apoiado pelos militares, governa para empresários, banqueiros e latifundiários. Enquanto a fome aumentou 43,7%, de acordo com o IBGE, o patrimônio dos super-ricos brasileiros cresceu US\$ 34 bilhões durante a pandemia segundo a ONG Oxfam.

Bolsonaro e seu governo reacionário, ultraliberal e pró-imperialista colocaram o lucro das empresas e o mercado financeiro acima das vidas do povo brasileiro. Travam uma guerra diária contra os pobres.

Em pleno aumento dos preços dos alimentos, cortaram o auxílio emergencial pela metade. Abriram a porteira para o agronegócio e incentivam as queimadas e a destruição de nossas florestas. Atacam os trabalhadores e tentam privatizar importantes empresas estatais, como os Correios. É um governo inimigo das artes e da cultura. Desde a campanha eleitoral, tripudia os povos indígenas e quilombolas, as mulheres, os negros e a comunidade LGBT.

Por isso, nestas eleições o PSTU vai apresentar um projeto que enfrente de forma dura o governo Bolsonaro. As nossas candidaturas estarão a serviço da campanha “Fora Bolsonaro e Mourão!”. É preciso derrotar esse governo da morte, do desemprego, da guerra social contra os trabalhadores; corrupto, autoritário e capacho de Trump.

Só enfrentar o governo Bolsonaro, porém, não basta. O desafio central e urgente é apresentar uma alternativa socialista e revolucionária que aponte para um novo modelo de sociedade e um governo socialista dos trabalhadores, no qual a classe trabalhadora e o povo pobre governem em conselhos populares.



Não dá para deixar a classe trabalhadora e o povo pobre reféns de alternativas da burguesia ou da conciliação de classes, cujos efeitos nefastos estamos sentindo. Temos de enfrentar Bolsonaro e, da mesma forma, as alternativas de direita, como Maia, Doria, enfim, PSDB, DEM, PMDB e cia.

Já PT, PCdoB e PSOL não são solução, porque não se propõem a enfrentar os super-ricos. Pelo contrário, propõem-se a governar em aliança com eles esse sistema capitalista

que aí está.

Por isso, fazemos um chamado a você que está lendo esta carta a se juntar a nós nesta luta. Essa batalha não é tarefa somente do PSTU, mas do conjunto dos trabalhadores que acreditam que é possível construir um mundo justo e igualitário, um mundo socialista, pois não há saída para a classe trabalhadora e para o povo pobre dentro deste sistema. O capitalismo só nos reserva desemprego, fome e miséria, como estamos vendo com

a pandemia. Para mudar de fato, a classe trabalhadora, os negros, os jovens, as mulheres, as LGBTs, os indígenas e todos os setores explorados e oprimidos devem organizar-se para derrubar esse sistema e construir um governo seu, que funcione por meio de conselhos populares.

Junte-se a nós! Venha construir com o PSTU uma alternativa socialista e revolucionária!

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3NUGB8T](https://bit.ly/3NUGB8T)

PRECISAMOS DA SUA AJUDA

Não aceitamos dinheiro de banqueiros e empresários

O PSTU tem como princípio não receber dinheiro de empresários ou banqueiros. Esse é o primeiro passo pelo qual partidos que se dizem da classe trabalhadora se corrompem e, uma vez eleitos, passam a governar para a burguesia. Foi o que ocorreu com o PT e infelizmente vemos acontecer com outros partidos que se colocam como de esquerda.

Esse princípio nos coloca em desvantagem financeira frente às campanhas milionárias da direita bolsonarista e mesmo das campanhas de partidos que defendem a conciliação de classes. Precisamos da sua ajuda para manter uma campanha independente, operária, socialista e revolucionária. Ajude-nos e entre em contato com a campanha do PSTU na sua região!

#QUEREMOSOPSTUNOSDEBATES

Vamos juntos furar o bloqueio da mídia ao PSTU

Além de enfrentar a máquina eleitoral milionária da burguesia e as regras eleitorais antidemocráticas em relação ao tempo de rádio e TV, o PSTU enfrenta o veto às suas candidaturas nos debates na grande maioria das emissoras. Fazem isso para censurar uma campanha que ameaça os lucros dos grandes empresários e dos banqueiros e defende a derrubada desse sistema.

Entre na campanha pelo direito democrático de a população conhecer todos os projetos em jogo nestas eleições, não só as campanhas dos ricos e capitalistas. E nos ajude a furar o bloqueio da mídia. Acesse nossos perfis nas redes sociais, compartilhe os materiais, envie para suas listas de zap e vamos juntos furar este bloqueio!

BALANÇO

Prefeitura Erundina investiu na desorganização dos trabalhadores



VITOR SCAGLIUSI,
EX-COORDENADOR DAS COMISSÕES DE GARAGEM DA CMTC.

“Erundina voltou”. Com esse chamada, vários ativistas fazem campanha para a chapa Boulos-Erundina (PSOL) para fazer frente às candidaturas da direita.

No entanto, por trás da propaganda de “melhor prefeita da história” existe a história real. Prefeita de 1989 a 1992, Erundina investiu na desorganização da classe trabalhadora, atacou as greves e governou a serviço dos capitalistas.

Isso se torna transparente na gestão do transporte público na cidade. Eleita com a proposta de estatizar o transporte, ela investiu na privatização do sistema, fortalecendo a máfia do setor, com subsídios milionários, esvaziando a Companhia Municipal de Transportes Coletivos (CMTC) e atacando seu maior obstáculo: a greve dos condutores organizados em comissões de garagem.

Denominado de “municipalização”, esse projeto abriu o caminho para o fim da CMTC e a total privatização dos transportes pelo governo Maluf, em 1994.

AUTO-ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES EM COMISSÕES DE GARAGEM

Em 1989, surgiu, dentro da CMTC e depois nas empresas privadas, um novo organismo de luta dos trabalhadores em transporte: as comissões de garagem.

Essas comissões eram eleitas em cada local de trabalho. Diferente dos sindicatos, os membros das comissões continuavam no dia a dia de suas unidades, trabalhavam normalmente, submetidos aos mesmos problemas do conjunto dos trabalhadores, e, principalmente, eram independentes do sindicato.

As comissões de garagem começaram a ter um papel predominante dentro da luta sindical e na estruturação do cotidiano dos locais de trabalho. Logo, elas ultrapassaram as funções puramente reivindicatórias e começaram a influir, sob o ponto de vista dos trabalhadores, na rotina das garagens, resolvendo desde problemas de escala e mudanças de horários até a ordem de manutenção dos ônibus. Ao ponto de que houve um momento que, sem o acordo da comissão e dos trabalhadores da unidade, as ordens da gerência simplesmente não eram cumpridas.

As comissões também começaram a cumprir o papel de denunciar a corrupção, como foi o caso do “escândalo das arruelas”, uma compra superfaturada, denunciada pelos trabalhadores, que se tornou famosa. Essa posição dos trabalhadores entrava em choque com a diretoria e gerências da empresa, cujo papel não diferia de governos anteriores.

MUDANÇA DE RUMO: DA ESTATIZAÇÃO À “MUNICIPALIZAÇÃO”

Em 1991, a prefeita Erundina rasgou a promessa de estatizar o transporte e apresentou a proposta de “municipalização”, alterando a forma de remuneração das empresas privadas.

A CMTC, então, operava as linhas que as empresas privadas não queriam. Com subsídios milionários, os empresários, divididos basicamente em dois grandes grupos (Ruas e o grupo Constantino), passaram a ter interesse por todas as linhas para ampliar seus lucros.

Havia, também, a proposta de tarifa zero, que tinha grande apelo popular, a ser subsidiada com o aumento do IPTU. Mas, no geral, o projeto favorecia os interesses da máfia dos transportes, aumentava a taxa de remuneração paga pela prefeitura, com o aumento do IPTU. O projeto foi aprovado em junho de 1991, mas sem o aumento do IPTU e, portanto, sem tarifa zero.

A medida preparou o terreno para a total privatização da CMTC e colocou a máfia dos transportes na rota de subsídios milionários, que vigora até os dias de hoje. O subsídio deve atingir, neste ano de 2020, a marca de R\$ 4 bilhões.

O ÚLTIMO OBSTÁCULO

A defesa da CMTC e a estatização do transporte eram algumas das principais bandeiras das comissões de garagem. Em 1992, houve a greve



Notícia do O Estado De São Paulo na época da greve

do transportes, durante nove dias, a maior de São Paulo. Nos primeiros sete dias, a organização era tão grande que os piquetes eram apenas formais: os trabalhadores não iam trabalhar. As comissões se organizaram de tal forma que a adesão surpreendeu a direção da CUT e parte da direção do sindicato.

Após o julgamento da ilegalidade da greve, Erundina decidiu esmagar a greve com repressão policial e demissões por justa causa.

Erundina foi à televisão atacar a greve e iniciou a contratação de condutores e cobradores em pleno Estádio do Pacaembu. A PM e o batalhão de choque ocuparam as garagens, reprimindo violentamente os piquetes. Listas de demissões eram afixadas nas portas das garagens, o que fazia com que os trabalhadores se dirigirem ao local de trabalho e pressionassem pela volta. Mas, apesar da repressão, a greve durou mais três dias.

A greve conquistou uma vitória econômica, mas não conseguiu o principal: a garantia de emprego, para barrar uma possível venda da CMTC, e a readmissão dos 475 demitidos.

Para os trabalhadores e sua vanguarda, uma lição foi aprendida: para gerir o capital, é sempre necessário explorar e reprimir os trabalhadores, não importa qual governo esteja de plantão.

ERUNDINA DE VOLTA?

Ao contrário da propaganda de Boulos, Erundina foi uma gestão burguesa que não enfrentou a máfia dos transportes. Ela se aliou a ela para esmagar a greve e privatizar os transportes.

Erundina nunca fez autocrítica alguma de sua gestão. Ao contrário, após a prefeitura, ela virou ministra do governo burguês de Itamar Franco.

Boulos afirma que vai enfrentar a máfia dos transportes, mas ao mesmo tempo não defende a estatização e promete repetir a administração Erundina, que foi desastrosa para os trabalhadores.



Greve dos condutores acaba com repressão da PM sobre os trabalhadores. Na foto, policiais ocupam garagens e impedem piquetes.



Erundina, prefeita de SP entre 1988-1992.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3IG5TII](https://bit.ly/3IG5TII)

CORREIOS

Uma greve exemplar para a classe trabalhadora

Foram 35 dias de lutas, com muita resistência, enormes pressões, ataques e muitas lições



DA REDAÇÃO

Mesmo numa conjuntura bastante adversa, no meio da pandemia que matou mais de 120 trabalhadores e trabalhadoras dos Correios, a categoria não pensou duas vezes em ir à luta contra a retirada de direitos e as ameaças de privatização. Essa greve deixou muito evidente o quanto estes trabalhadores são aguerridos, tendo lutado em todos os anos, contra todos os governos de plantão. E em 2020 não foi diferente.

O perfil de luta desta categoria causa orgulho e, também, deixa muitas lições para

o conjunto da classe trabalhadora. Pois, mesmo com o resultado final tendo sido uma grande derrota econômica, sem precedentes, a vanguarda não saiu desmoralizada desta luta. Ninguém saiu de cabeça baixa, como queria a direção da empresa e o governo Bolsonaro.

A grande maioria expressa, com bravura, que fez a sua parte; sabendo que, quando o governo e a direção dos Correios não conseguiram derrotar diretamente a categoria, este papel nefasto coube ao poder judiciário, através dos magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

“A greve, com ocupações dos setores operacionais, como

em Indaiatuba [interior de São Paulo], foi determinante para dar o tom de combatividade e radicalização da greve em nível nacional”, declara Paulo Cesar Almeida, o “Paulão”, dirigente da Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (FENTECT) e militante do PSTU.

JUSTIÇA: COVARDE SUBMISSÃO AO GOVERNO

Desde o ano passado, o então presidente do STF, Dias Toffoli, ex-advogado do PT e indicado pelo ex-presidente Lula, já tinha evidenciado sua covardia.

O resultado final da greve, com a derrota econômica



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/2SX82CC](https://bit.ly/2SX82CC)

no TST, serviu para desmoralizar os magistrados daquela corte, totalmente submissos e em sintonia com o governo de Bolsonaro. Mas, mesmo diante destas covardes submissões, a vanguarda lutadora da categoria, por sua vez, não saiu de cabeça baixa.

Ao contrário, a categoria segue com disposição de luta para enfrentar os ataques pós-greve, no dia a dia (compensação dos dias da greve, descontos nos salários, assédio moral etc.), e pre-

parados para dar continuidade à luta contra a privatização.

Certamente, virão mais ataques por aí, conforme anunciado pelo ministro da Economia Paulo Guedes e seus planos de demissões e reforma administrativa. Mas, está demonstrado que é possível reconstruir a resistência, a partir de cada local de trabalho, com as mais variadas formas de luta, como parte da luta concreta e mais geral contra os ataques do governo Bolsonaro e Guedes.

AÇÃO

O ato “Ocupa Brasília” e o fim da greve



O ato que ocupou Brasília no dia do julgamento (21 de setembro), após 35 dias de greve, demonstrou muita garra e disposição de luta. Foi muito emocionante ver as caravanas vindas de várias partes do país.

“A FINDECT, a outra federação, dirigida pelo PCdoB e PMDB, por sua vez, cumpriu um papel vergonhoso. Além de boicotar toda a campanha salarial, não fazendo piquetes, passeatas ou assembleias pre-

senciais, também se negou a participar do ato ‘Ocupa Brasília’. As direções dos sindicatos de São Paulo e Rio de Janeiro ainda fizeram terrorismo, ameaçando trabalhadores de suas bases sindicais que, contudo, os enfrentaram e foram para Brasília”, afirma Heitor Fernandes, dirigente da FENTECT e militante do PSTU.

A fala de Heitor explica as traições dos dirigentes da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB) nos Correios,

em São Paulo e Rio. Mais uma vez, essas direções cumpriram um papel vergonhoso.

Também traíram a unidade da categoria, quando fizeram as assembleias dos sindicatos ligados à FINDECT na noite de 21 de setembro, para pôr fim à greve. Com essa atitude, os sindicatos quebraram a unidade nacional do movimento. Isso demonstra que os pelegos não estão à altura da disposição de luta e bravura da categoria.

DESAFIOS

Continua a luta contra a privatização

Esta grande luta travada na campanha salarial não acabou. Como dito antes, a proposta do presidente dos Correios, general Floriano Peixoto, segue sendo a retirada de todos os direitos para enxugar e entregar a empresa de mãos beijadas. E nessa disputa, Bolsonaro deu um passo à frente na ofensiva

declarada desde sua campanha eleitoral.

A poeira nem baixou e o general já armou um Plano de Demissão Voluntária (PDV), com objetivo de botar para fora milhares de trabalhadores, além da ameaça, recentemente, de desligamento imediato dos aposentados. Caso seja consumada esta

ofensiva, serão aproximadamente 20 mil postos de trabalho a menos nos Correios.

“Os lutadores e lutadoras dos Correios não estarão sozinhos. A mesma ameaça pesa sobre diversas outras categorias. Cabe, agora, às direções das centrais sindicais majoritárias, a CUT e CTB, saírem de suas zonas

de conforto e reorganizarem todas as tropas; pois, além dos riscos sobre os empregos de milhares, estão também ameaçados as empresas públicas e os serviços públicos, como patrimônios do povo pobre e trabalhador”, diz Geraldo Rodrigues, dirigente da FENTECT e militante do PSTU.



IMPÉRIO

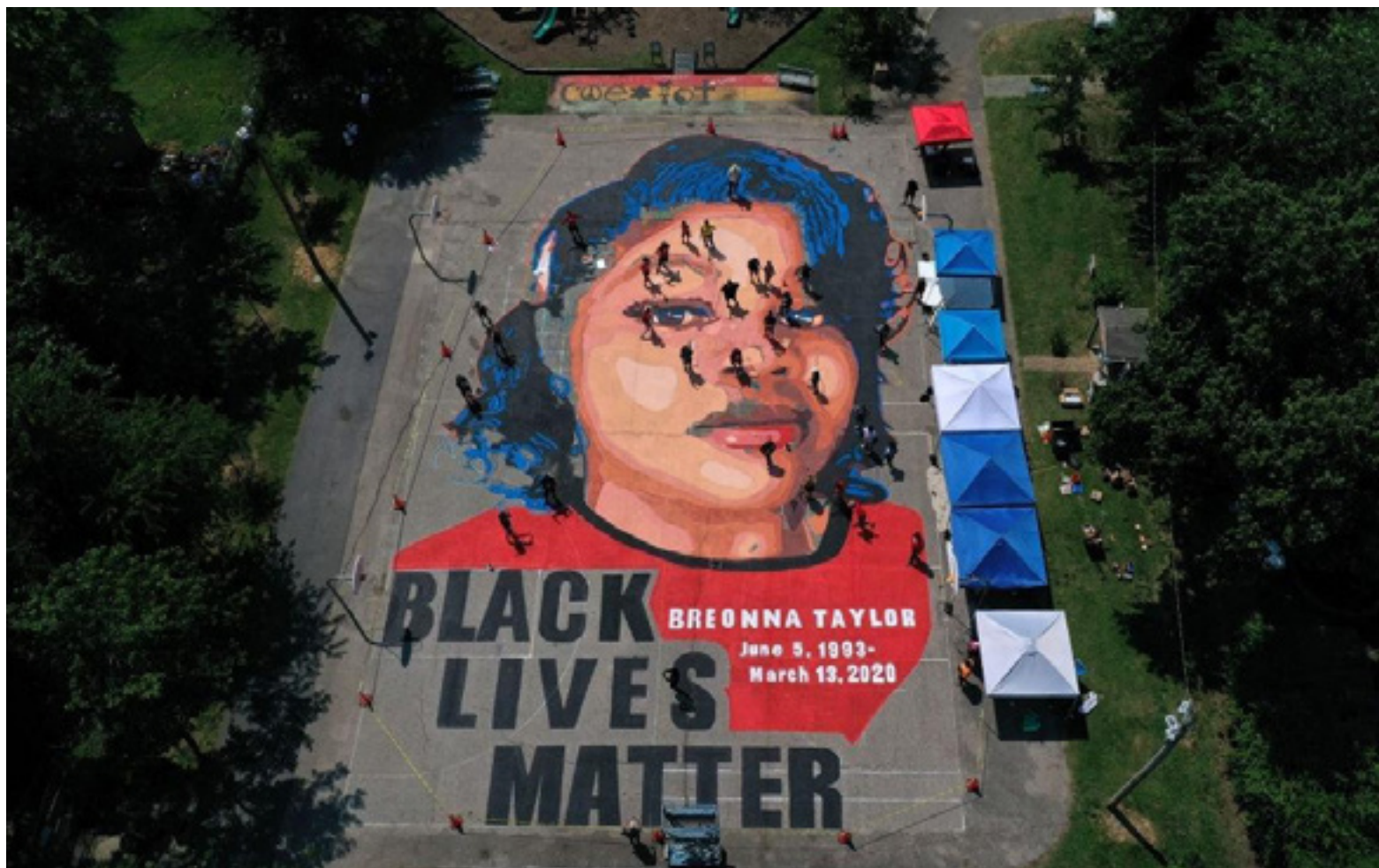
Estados Unidos: entre a rebelião negra e as eleições

ALEJANDRO ITURBE,
DA LIGA INTERNACIONAL
DOS TRABALHADORES

A mobilização contra a violência policial teve, nestes dias, seu epicentro no julgamento dos agentes que assassinaram Breonna Taylor em seu próprio apartamento na cidade de Louisville (Kentucky), em 13 de março passado, numa violenta batida policial noturna em busca de drogas ilegais. Nenhuma droga foi encontrada na casa. Esse assassinato, junto com o ataque policial a George Floyd, desencadearam uma intensa onda de rebeliões em todo o país.

Dias atrás, a Corte Suprema do estado de Kentucky decidiu não apresentar acusações contra os policiais. Isso gerou uma mobilização espontânea que se chocou de forma violenta com a repressão policial. Houve mobilizações solidárias em várias outras cidades do país, como em Los Angeles.

É cada vez mais profunda a convicção de que com este sistema (componente essencial do regime político burguês) não haverá justiça para a população negra. Esse avanço na consciência não ocorre só na juventude negra que se radicaliza, mas é cada vez mais generalizado. A mãe de Breonna Taylor de-



clarou: “Não confio no sistema legal.”

ELEIÇÕES TENTAM APAGAR O INCÊNDIO

Um dos objetivos das próximas eleições presidenciais de novembro é justamente tentar apagar estes incêndios ou, pelo menos, evitar que se propaguem. Não está tão evidente, porém, que a eleição

cumprirá o seu papel tradicional de canalizar os processos de luta dentro do sistema parlamentar e cortar as mobilizações.

O sistema político eleitoral estadunidense está baseado na alternância dos dois partidos burgueses imperialistas no poder, que se apoiam em camadas sociais e políticas diferentes do eleitorado,

com um setor intermediário que oscila entre ambas. Entre outras questões, apresentam propostas diferentes sobre como apagar esses incêndios.

Trump e os republicanos se apresentam “como defensores da lei e da ordem”, da impunidade policial (aos quais saúdam como heróis). Ao mesmo tempo, frente às mobilizações contra a violência policial, começam a aparecer grupos e gangues armadas de civis brancos que as atacam com total conivência da polícia.

O balanço de seu governo é muito ruim: o país vive uma profunda crise econômica, e sua resposta à pandemia da COVID-19 foi desastrosa, o que faz com que os EUA sejam o país mais afetado, e, até agora, só conseguiu pôr lenha no fogo das rebeliões negras.

Estas eleições vêm marcadas por dois tipos de incertezas ligadas à crise atual. A primeira é a incerteza logística sobre como realizar a tempo a recotagem dos votos já que a maioria dos elei-

tores vota pelo correio, pois em muitos estados só se pode começar a contar os votos no dia da eleição. É possível que o resultado final só seja divulgado semanas depois da eleição e que a modalidade do voto pelo correio dê espaço para a impugnação legal de alguns resultados. A segunda é que Trump se gaba de não deixar o poder em caso de sua derrota se considerar que a eleição “não foi limpa”. Ainda que não acreditemos que exista alguma possibilidade real de um golpe de Estado, pensamos que sua negativa pode levar a mobilizações nas ruas entre sua base eleitoral e seus opositores.

UM SISTEMA ANTIDEMOCRÁTICO

Apesar de estar vários pontos atrás nas pesquisas eleitorais, a mídia e os analistas ainda não consideram que a derrota da reeleição esteja assegurada. Vários fatores se combinam para isso.

O primeiro e principal é o caráter limitativo do sis-



tema eleitoral estadunidense que, por um lado, deixa de fora mais de 40 milhões de imigrantes sem cidadania e mais de dois milhões de presos ou ex-presos (a maioria afro-americanos ou latinos). Por outro lado, devemos acrescentar a isso que o voto não é obrigatório. É preciso inscrever-se previamente, e as eleições acontecem num dia de semana sem que a legislação garanta o pagamento do salário pelo tempo que requer o processo. Ou seja, a participação de todo um setor da classe operária é desencorajada. Isso faz com que em 2016, por exemplo, só tenham votado 55,4% das pessoas com direito a voto.

Contudo, a eleição efetiva do presidente não surge do resultado direto do voto popular e sim por intermédio de um colégio eleitoral numa eleição indireta. Os representantes desse colégio são eleitos por Estado, e o partido vencedor leva todos os eleitores. Dessa forma, um candidato derrotado com o voto popular pode obter maioria no colégio eleitoral. Foi o que ocorreu em 2016 quando Trump foi eleito contra Hillary Clinton.

Agora, somam-se os ataques do governo ao sistema de voto pelo correio, permitido pela legislação estadunidense, que crescerá de forma considerável diante da situação da pandemia. Está colocada uma batalha em defesa do direito ao voto popular. Em primeiro lugar, contra os ataques que Trump realiza, mas também contra as restrições ao voto dos trabalhadores e à exclusão dos imigrantes que não têm cidadania.

Trump aposta novamente nestes aspectos antidemocráticos do sistema eleitoral. Conta, para isso, com uma base eleitoral que é minoritária (a classe média branca e setores da classe operária



branca), porém mais sólida e de participação mais consequente nas eleições que a base democrata.

Conta também com o apoio de setores burgueses que concordam com sua proposta de “mão de ferro” e que, ao mesmo tempo, estão satisfeitos com diversas leis de isenções de impostos e de gigantescos pacotes de ajuda que o governo aprovou.

O CANTO DA SEREIA DOS DEMOCRATAS

Os democratas também expressam uma coalizão que, sob a direção de um setor da burguesia imperialista, inclui setores sindicais, movimentos sociais e minorias. Viveram um momento de glória com a eleição de Barack Obama. Mas o fracasso de seus governos em resolver os problemas reais dos trabalhadores e das massas produziu um forte desgaste que se expressou na derrota nas eleições de 2016, assim como em incipientes rupturas eleitorais pela esquerda e no surgimento de processos de luta fora de seu controle.

O rotundo fracasso do governo Trump lhes abriu espa-

ço para a recuperação eleitoral legislativa em 2018 e agora pode levá-los de novo à presidência. No entanto, fazem um jogo profundamente hipócrita. Joe Biden fez declarações contra o “racismo sistêmico” e exigiu “uma investigação imediata, completa e transparente”. Ao mesmo tempo, seus prefeitos e governadores chamaram e colaboraram de forma ativa com as forças de repressão contra as rebeliões.

Biden se opôs várias vezes, e de novo no debate presidencial, a cortar o orçamento da polícia. Tanto Biden como Bernie Sanders defendem que sejam aumentados os salários e os privilégios materiais e legais das forças policiais, e nisso concordam plenamente com Trump. Trata-se de uma hipocrisia que se expressa também em outras questões centrais, como votar a lei de isenção de impostos que reduz o financiamento do sistema de saúde pública, ou aprovar os auxílios às empresas em detrimento do auxílio popular.

Junto com esta hipocrisia, o partido democrata tem uma grande experiência em desviar processos de luta e em cooptar as direções desses movimentos. Já o fizeram várias vezes no passado e recentemente com uma parte das primeiras direções do Black Lives Matter.

Agora, junto ao canto da sereia de que com o triunfo de Joe Biden acabará a violência racista e se voltará aos “velhos anos de bem-estar”, seu objetivo é desviar esta onda de lutas e a situação em seu conjunto para o caminho morto das eleições burguesas.



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/2I6GCKJ](https://bit.ly/2i6gckj)

VOTAR NO MAL MENOR?

Existe uma fortíssima pressão sobre a esquerda para se votar nos democratas como o “mal menor”. Algumas organizações inclusive argumentam que é necessário derrotar o “fascista” Trump e que, por isso, justifica-se uma exceção tática ao princípio de não apoiar nunca um candidato burguês.

O governo de Trump é ultrarreacionário e ataca de forma dura os trabalhadores e as massas. Contudo, não é fascista nem tem o projeto de ser, o que implicaria uma mudança qualitativa do regime democrático-burguês estadunidense. Em todo o caso, se o governo de Trump fosse realmente fascista ou tivesse o projeto de transformar-se nisso, só poderia ser derrotado nas ruas, com a organização dos trabalhadores e sua autodefesa.

Estamos, então, no terreno eleitoral burguês clássico. Não será com os democratas que se acabará com o racismo e a violência policial. Tampouco os gravíssimos problemas que afetam os trabalhadores e as massas

serão resolvidos com eles. É o que mostra toda a experiência histórica. Aqueles que se reivindicam socialistas revolucionários não podem ceder à pressão de chamar para votar no “mal menor”, que o burguês imperialista “democrático” Joe Biden representaria, para derrotar o burguês imperialista “fascista Trump”.

Como já expressou a declaração da LIT-QI diante da onda de rebeliões: “É necessário um programa de emergência que parta das lutas contra o racismo e a repressão, para avançar a uma resposta revolucionária à pandemia e à crise econômica. É necessário lutar duramente para derrotar o governo Trump nas lutas diretas das massas, sem esperar o processo eleitoral, sem confiar nos democratas! É preciso lutar por um governo dos trabalhadores nos Estados Unidos! É necessário construir uma nova direção revolucionária no curso das lutas, nos Estados Unidos e no mundo!”

LEIA MAIS



USE O QR CODE
AO LADO E FIQUE
POR LEIA O ARTIGO
COMPLETO



RELATÓRIO

Terras indígenas foram invadidas em todo o país em 2019

O Conselho Missionário Indigenista (Cimi) divulgou um relatório sobre a violência contra os povos indígenas em 2019. O documento aponta a intensificação das expropriações de terras indígenas forçadas na invasão, na grilagem e no loteamento, que se consolida de forma rápida e agressiva em todo o território nacional, causando uma destruição inestimável.

O documento mostra que houve um aumento de invasão de terras indígenas em todo o

país. Em episódios descritos no relatório, os próprios invasores mencionavam o nome de Bolsonaro, evidenciando que as ações criminosas são incentivadas pelo presidente. Em 2019, houve registro de 256 casos de “invasões possessórias, exploração ilegal de recursos e danos ao patrimônio” em pelo menos 151 terras indígenas de 143 povos em 23 estados.

Em 2019, foram assassinados 113 indígenas. Os dois estados que tiveram o maior número de assassinatos registra-

dos foram Mato Grosso do Sul (40) e Roraima (26).

Quanto aos casos de “conflitos territoriais”, o documento indica que passaram de 11 para 35 em 2019. As ameaças de morte também aumentaram de 8 para 33. O documento também mostra que das 1.298 terras indígenas no Brasil, 829 (63%) apresentam alguma pendência do Estado para a finalização do seu processo demarcatório e o registro como território tradicional indígena. No ano passado, o



Ministério da Justiça devolveu 27 processos de demarcação à Fundação Nacional do Índio (Funai) para que fossem

revistos. Bolsonaro está cumprido a sua promessa de não demarcar um centímetro de terra indígena.

SEMPRE PRESENTE!

20 anos do assassinato de Gildo Rocha!

Nesse dia 6 de setembro, completa 20 anos do assassinato do militante do PSTU Gildo Rocha por dois policiais civis do Distrito Federal. Até hoje esse assassinato segue impune, com um dos assassinos tendo sido absolvido pela justiça (o outro policial civil faleceu em 2009 e sequer foi julgado).

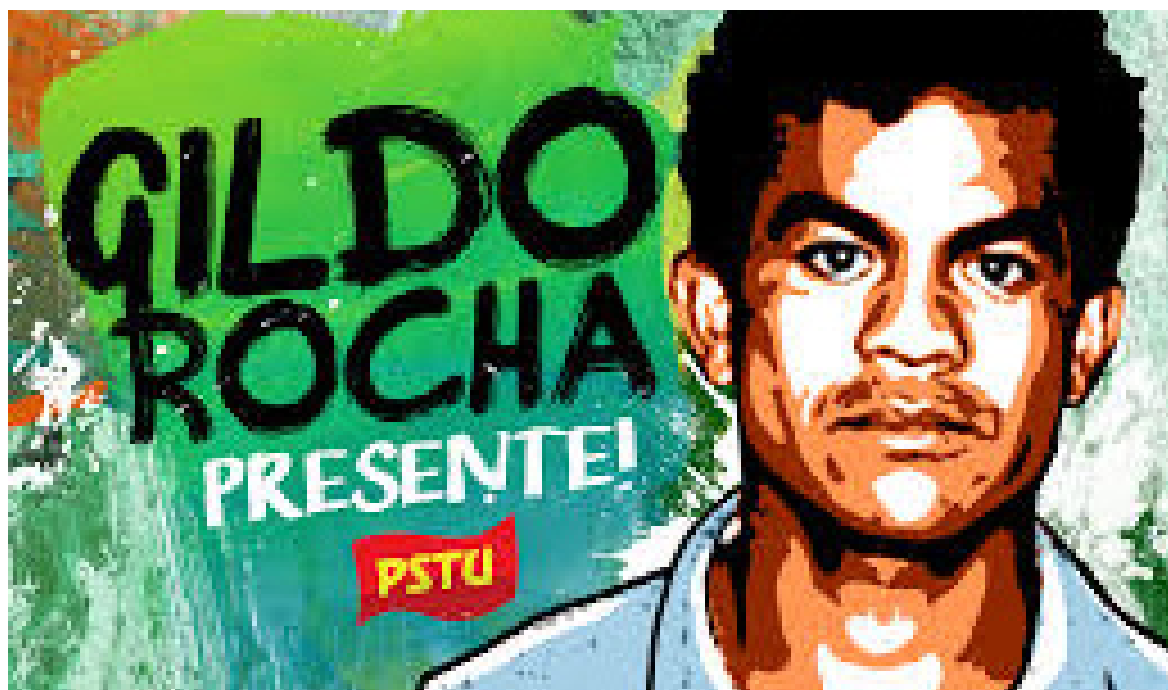
QUEM ERA GILDO ROCHA?

Gildo era gari, funcionário do SLU (Serviço de Limpeza Urbana), e também comerciante. Era militante do PSTU e diretor do SINDSER (Sindicato dos Servidores das Empresas Estatais do GDF). Gildo era pai de dois filhos e tinha 33 anos quando foi assassinado.

Na madrugada em que foi assassinado, Gildo e outros dois colegas de trabalho estavam realizando uma atividade tradicional do piquete de greve dos garis, furar os sacos de lixo pra dificultar a ação dos fura-greves.

ASSASSINATO E A FARSA MONTADA PELOS POLICIAIS CIVIS

Durante essa atividade, no centro de Ceilândia, enquanto Gildo aguardava no carro e os outros dois companheiros do SLU cortavam os sacos de lixo,



foram abordados por um carro (sem identificação policial) e por 3 agentes da polícia civil à paisana. Nesse momento, os dois colegas de Gildo foram rendidos e Gildo deu a partida no carro e saiu. Dois agentes da polícia civil iniciaram a perseguição ao carro de Gildo. Os policiais acertaram 17 tiros no carro e um desses tiros atingiu suas costas e o matou.

Os agentes da polícia plantaram uma arma e um cigarro de maconha em seu carro, e desferiram um tiro contra o radiador do próprio veículo conduzido

pelos policiais. Tudo isso para alimentar uma versão mentirosa dos fatos, que tentava enquadrar Gildo como um traficante que atirou contra os policiais numa tentativa de fuga.

O racismo nas forças policiais e política de repressão do então governo Joaquim Roriz por trás do assassinato de Gildo.

O JULGAMENTO

Em 2011, depois de 11 anos de uma longa espera, finalmente um dos acusados, Arnulfo, que conduziu o veículo que perse-

guiu Gildo, foi a julgamento, no júri popular. No dia do julgamento, centenas de agentes da Polícia Civil, devidamente uniformizados e armados, e dezenas de viaturas da corporação cercaram o fórum de Ceilândia e promoveram uma verdadeira algazarra com buzinas, sirenes ligadas e formaram um “corredor polonês” na entrada do fórum para intimidar o júri.

Diante do caos instalado dentro do fórum, o juiz determinou a mudança do fórum, a pedido da defesa de Arnulfo, que foi remar-

cado para outra data no Tribunal de Justiça do Plano Piloto. Assim, Arnulfo teve a primeira vitória na sua estratégia de defesa que era impedir que moradores de Ceilândia, com uma experiência muito concreta com a truculência policial, pudessem decidir sobre seu caso. Dessa vez, um júri composto por pessoas do Plano Piloto (área nobre do DF) seriam os responsáveis pelo seu julgamento. Assim, o júri inocentou Arnulfo e manteve livre um dos assassinos de Gildo.

A LUTA PELA MEMÓRIA E JUSTIÇA PARA GILDO ROCHA

Em 20 anos o PSTU e a família de Gildo travaram uma batalha política para impedir que a versão farsesca criada pelos policiais civis que tentava caracterizar Gildo como um criminoso.

Também lutamos pela apuração rigorosa dos fatos e pela punição dos assassinos, o que lamentavelmente não aconteceu. Mas mantemos viva a memória de nosso camarada e lutamos para que a causa a qual dedicou sua vida e pela qual foi assassinado seja vitoriosa: a luta por uma sociedade socialista.

Gildo Rocha, presente hoje e sempre!

VALEU, QUINO!

Longa vida, Mafalda! A humanidade agradece



WILSON HONÓRIO DA SILVA,
DA SEC. NACIONAL DE FORMAÇÃO DO PSTU

Joaquín Salvador Lavado Tejón, o cartunista argentino Quino, faleceu, aos 88 anos, vítima de um acidente vascular cerebral (AVC), em 30 de setembro, causando uma onda de lamentos e homenagens que, literalmente, varreu o mundo, muito em função de sua criação mais conhecida, a esperta, curiosa, inquieta e desconcertante Mafalda.



Homenagens mais do que justas e merecidas, já que Quino, com certeza, deixou sua marca na História. E, diga-se de passagem, é impressionante que tenha feito isto principalmente com uma personagem que, a priori, viveu entre 1964 e 1973.

Afinal, num mundo marcado por aquilo que o historiador Eric Hobsbawm chamou de “presenteísmo”; ou seja, a “destruição do passado” e o aprisionamento da humanidade em um tipo de “presente contínuo”, uma ditadura do “aqui e agora”, frutos diretos do infeliz casamento do destrutivo imediato neoliberal e das ideologias pós-modernas, não é pouca coisa que Mafalda, sua família e amigos (pra além de outras criações de Quino) continuem estampando “memes”, camisetas, cartazes de protestos, pra além de serem publicadas e republicadas em mis de 30 idiomas.

QUINO, O HUMANISMO NA PONTA DO LÁPIS

Nascido em Mendoza, em 17 de julho de 1932, filhos de pais naturais da Andaluzia, na Espanha, Quino enveredou muito cedo pelo desenho e depois de uma breve passagem pela Escola de Belas Artes de sua cidade natal, e sem concluir o curso, passou a se dedicar inteiramente às histórias em quadrinhos, mudando-se, aos 18 anos, para Buenos Aires, para tentar ganhar a vida publicando suas criações em jornais da capital.

Batalhando pra ganhar a vida, em 1963 aceitou uma proposta tentadora de criar uma personagem para a campanha publicitária de uma firma de eletrodomésticos. Foi assim que nasceu Mafalda e sua família que, contudo, foram recusadas pelo cliente.

O projeto ficou engavetado até setembro do ano seguinte, quando a menina atrevida reganhou vida nas páginas do seminário “Primeira Plana”. Um ano depois, Mafalda migrou para seis edições semanais no “El Mundo”, um dos jornais mais importantes da época. E o resto é História.

Uma história que poderia ter acabado em julho de 1973, quando Quino publicou sua última tirinha. Oficialmente, a alegação era que precisava dar um tempo. Contudo, o fato de ter se exilado na Espanha pouco depois, em 1976, parece ser mais relevante. Mafalda, como veremos, já incomodava a muitos.

O fato é que, em 1977, a personagem virou “celebridade” internacional, ao ser escolhida pelo Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância é um órgão das Nações Unidas (Unicef) para estampar a “Declaração dos Direitos da Criança”.



Mas, sua permanência entre nós, até hoje, tem a ver com algo muito mais importante que a “fama”. Mafalda é atemporal, porque Quino foi demasiadamente humano e, como sintetizou o cartunista Laerte, sou como poucos traduzir isto para o mundo dos HQs: “Quino nos ensinou que é possível tratar dos problemas de fundo da sociedade e, ao mesmo tempo, retratar nosso entorno, o sujeito da padaria, o vizinho, os amiguinhos dos nossos filhos... (...) É difícil encontrar quem consiga construir um paralelo como esse, sem ser algo tão sanitizado [higienizado, também no sentido de preso aos padrões ‘aceitáveis’] como fazem os norte-americanos”.

MUITO DE UMA ÉPOCA, UM POUCO DE TODOS NÓS

Mafalda é fruto das contradições típicas de sua época. É prima-irmã da juventude rebelde do Maio Francês, companheira das mulheres que romperam padrões com suas minissaías e queimas de sutiãs; solidária com negros e vietnamitas, atenta à fome na África, inimiga da ganância capitalista. Sua sintonia com o mun-

do, diga-se passagem, deu origem a alguns de seus melhores momentos, em suas impagáveis conversas com o globo terrestre.

Além disso, os que a cercam são, ao mesmo tempo, expressões das contradições daquele período mas, também, daquilo que paira sobre nós até hoje. Afinal, vivemos sob o mesmíssimo capitalismo.

NUESTRA HERMANITA

Para aqueles e aquelas que viveram e militaram entre o final dos anos 1960 e 1970, Mafalda, ainda, é um símbolo de algo importantíssimo: a resistência latino-americana às sanguinárias ditaduras militares que infectaram não só o nosso continente.

Não é um acaso que tenha sido censurada por aqui, mas também pela ditadura do general Franco, na Espanha. Na época, Mafalda já era quase como uma militante clandestina, cujos originais circulavam de país para país, levados nas bagagens de gente que se exilava ou ia à luta nos países vizinhos. Também foi assim no Brasil, quando “nuestra hermanita”, ao lado dos trabalhos de gente como Henfil, ilus-

trou milhares de panfletos, boletins, cartazes e camisetas, nas lutas contra a ditadura.

Só podemos agradecer a Quino e desejar que Mafalda continue nos inspirando até que, juntos, possamos celebrar, também, com ela, um mundo que seja liberto de tudo aquilo que sempre a irritou tremendamente e contra o que ela se rebelou de forma tão inesquecível.



Em 1976, essa imagem foi colocada pelos militares argentinos ao lado dos corpos chacinados de três padres e dois seminaristas que lutavam contra a ditadura.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/36ISLQM](https://bit.ly/36islqm)